FEMINICÍDIO EPISTEMOLÓGICO: PRÁTICAS MISÓGINAS NA GEOGRAFIA

EPISTEMOLOGICAL FEMINICIDE: MISOGYN PRACTICES IN GEOGRAPHY

FEMINICIDIO EPISTEMOLÓGICO: PRÁCTICAS MISOGYN EN GEOGRAFÍA

CAROLINA RUSSO SIMON

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)

E-MAIL: CAROLINA.SIMON@UNESP.BR

Resumo:
O objetivo deste texto é demonstrar como as práticas misóginas dentro dos ambientes acadêmicos, principalmente geográficos, são práticas de violências epistemológicas que visam à manutenção do sexismo dentro da academia e que podem ocasionar os feminicídios epistemológicos - a morte do pensamento de mulheres, principalmente de mulheres feministas. Para conduzir as reflexões, rememorei três cenas de situações vividas em ambientes acadêmicos onde se produz a ciência geográfica e as escrevi como forma de testemunho. Pretendo evidenciar a necessidade de uma práxis antipatriarcal na Geografia, tornando-se não só uma agenda de pesquisa, mas uma postura cotidiana frente ao sistema de opressão e dominação mais antigo do mundo.

Palavras-chave: sexismo, violência contra as mulheres, misoginia.

Abstract:
The objective of this text is to demonstrate how misogynistic practices within academic environments, mainly geographical, are practices of epistemological violence that aim to maintain sexism within the academy and that can cause epistemological femicides - the death of women's thinking, especially women. feminists. To lead the reflections, I recalled three scenes of situations lived in academic environments where geographical science is produced and I wrote them as a form of testimony. I intend to highlight the need for an anti-patriarchal praxis in Geography, becoming not only a research agenda, but a daily posture in the face of the oldest system of oppression and domination in the world.
Keywords: sexism, violence against women, misogyny.

Resumen:
El objetivo de este texto es demostrar cómo las prácticas misóginas dentro de los entornos académicos, principalmente geográficos, son prácticas de violencia epistemológica que pretenden mantener el sexismo dentro de la academia y que pueden provocar feminicidios epistemológicos - la muerte del pensamiento de las mujeres, especialmente de las feministas. Para conducir las reflexiones recordé tres escenas de situaciones vividas en ambientes académicos donde se produce la ciencia geográfica y las escribí a modo de testimonio. Pretendo resaltar la necesidad de una praxis antipatriarcal en Geografía, convirtiéndose no solo en una agenda de investigación, sino en una postura cotidiana frente al sistema de opresión y dominación más antiguo del mundo.
Palabras-clave: sexismo, violencia contra la mujer, misoginia.

Introdução

Este texto é fruto de um longo processo de conhecimento e reconhecimento da Geografia através de minhas experiências como aluna e pesquisadora dessa ciência. Há quase uma década tenho trabalhado com relatos orais de mulheres, buscando nas falas e nos silêncios as resistências dos contraespaços feministas (Carolina SIMON, 2020). Depois de muito ouvir as mulheres passei a escutá-las fora dos dogmas do patriarcado e, assim, passei a ter o (re)conhecimento da necessidade de afetos para a escuta, me tornando uma escutadeira feminista (Débora DINIZ; Ivone GEBARA 2022).

Segundo Débora Diniz (2021) no capítulo *Ouvir* do livro Esperança Feminista escrito em conjunto com Ivone Gebara:

> A prática da escuta é sempre incompleta, pois ela necessita nos deslocar das certezas do vivido. Por isso, a escuta feminista sempre será incômoda. Mas o que escutamos e nos transforma em feministas? Escutamos as verdades das mulheres fora dos dogmas do patriarcado; escutamos a criatividade, a paciência, a coragem e a sobrevivência de mulheres submetidas a um regime de poder cruel que as discrimina, oprime e mata [...] (Débora DINIZ, 2021, p. 23).

O processo de me tornar uma escutadeira feminista foi permeado pelo processo de assombramento do efeito do patriarcado na vida de diversas mulheres que ouvi, e, ao analisar seus relatos de vida, não acolhi mais o silêncio da obediência em mim mesma (Débora DINIZ; Ivone GEBARA 2022).

Desta forma, o objetivo deste texto é demonstrar como as práticas misóginas dentro dos ambientes acadêmicos, principalmente geográficos, são práticas de violências epistemológicas que ocasionam os feminicídios epistemológicos - a

morte do pensamento de mulheres, principalmente de mulheres feministas.

Para conduzir as reflexões rememorei cenas de situações vividas em ambientes acadêmicos em 2014, 2017 e 2020, nas quais as violências feminicídas estiveram presentes - e as senti na carne. Assim, as transformei em testemunhos, pois: "o testemunho é uma pronúncia contra o silêncio e, por isso mesmo, uma fala de valentia" (Débora DINIZ; Ivone GEBARA 2022, p. 246).

Apesar destas cenas não serem únicas ou mesmo isoladas em minha caminhada pela Geografia, foram escolhidas justamente porque demonstram como as práticas misóginas são cotidianas, presentes em aulas, tanto da graduação quanto da pós-graduação, como também em eventos científicos, permitindo reflexões sobre a violência contra as mulheres em períodos diversos da minha caminhada acadêmica.

Parto de minha escrevivência, que segundo Conceição Evaristo (2017) é a escrita que nasce do cotidiano, das memórias, das lembranças e dos esquecimentos, das experiências e vivências e constituem uma espécie de interpretação "auto biogeográfica" (Mateus PEDROSO, 2019, p. 68), uma forma de "relato de si" como proposto pela filósofa Judith Butler (2015), utilizado também pela Geógrafa Joseli Silva (2020). Desta forma, a escrita se dá por testemunhos de eventos misóginos do cotidiano, das experiências e vivências que se misturam e constituem a minha ideia de que se é necessária uma resposta da Geografia, não só na teoria, mas, principalmente na sua *práxis.*

Ainda que a memória tenha uma dimensão individual, muitos de seus referentes são sociais, os quais permitem ver para além da memória individual (Marilena CHAUÍ, 1995). Ao captar a

minha memória, visei compreender o fenômeno social no qual eu também estou inserida. Todavia,

> [...] é necessário que se apreenda a potencialidade da totalidade a partir da memória intersubjetiva, da memória compartilhada, da memória coletiva para a compreensão destas memórias como representações sociais (Carolina SIMON, 2020, p. 51).

Por meio deste esforço de analisar a minha própria trajetória de mulher feminista na Geografia através de testemunhos misóginos desde a graduação até o doutorado, coaduno com a ideia de Judith Butler (2015) de que a narrativa é um processo de subjetivação e de reinterpretação e que a memória recorda, muitas vezes, o que se gostaria de esquecer, mas lembrar-se e narrar-se é subverter a história já contada, através da desobediência feminista (Débora DINIZ e Ivone GEBARA, 2022).

A desobediência feminista deste texto também se enconta na forma de citação escolhida. Todas as citações apresentam o primeiro nome das autoras e dos autores, como uma forma de aumentar a visibilidade de mulheres cientistas e romper com com hegemonia masculina presente nas citações somente pelo último sobrenome.

Isto posto, explicito que o texto foi dividido em quatro partes. Primeiro apresento os "*testemunhos*"; posteriormente, no tópico "*Misógina é violência feminicída*", analiso as minhas memórias através da compreensão do que é e como se concretiza a misoginia na Geografia. Na terceira parte do texto "*Do feminicídio ao feminicídio epistemológico*" faço uma discussão do termo e argumento como o pensamento de mulheres feministas vem sendo assassinado. Por último, no tópico "*Para não terminar...*", apresento algumas

considerações sobre a importância de se denunciar as violências feminicídas na Geografia.

Testemunhos

Cena 01. *Isso não é Geografia!*

Estava cursando o segundo ano de licenciatura em Geografia no ano de 2014, tínhamos que fazer um projeto de pesquisa, em duplas, para contabilizar a nota final da disciplina de Metodologia. O projeto apresentado foi intitulado de: "Violências contra as Mulheres na cidade de Presidente Prudente - SP."

A arguição do projeto, bem como a explicação de sua nota, foi feita oralmente pelo professor em sala de aula. Me lembro como se fosse hoje as ásperas palavras sendo proferidas: "**O projeto apesar de bem escrito, não se sustenta. Apesar de citarem dados importantes na justificativa, não podemos trabalhar na Geografia somente com relatos orais de mulheres violentadas, até porque isso não é Geografia, é sociologia! A nota é sete porque teve um bom esforço, mas não tem geograficidade**".

Comentei o ocorrido em uma conversa descontraída no laboratório e o meu orientador, também o coordenador do grupo de pesquisa, ao tomar conhecimento de tamanha violência reagiu e produziu uma carta para o professor da disciplina, colheu diversas assinaturas de geógrafas e geógrafos latino-americanas/os que produziam Geografias Feministas. Eu coloquei a carta por baixo da porta da sala do professor. Ele ignorou, a nota continuou a mesma. Passou...

Cena 02. *Simpósio de Geografia não é desfile de moda!*

O ano era 2017, estava no primeiro ano do mestrado em Geografia. Fui a Curitiba-PR apresentar os primeiros resultados da dissertação que estava em desenvolvimento. O evento era direcionado para pesquisas que se enquadram no campo da Geografia Agrária. No dia das apresentações estava fazendo 8° C de manhã, tremia de frio. Coloquei várias camadas de roupas e por cima de tudo um blazer preto. Cheguei na sala das apresentações, conferi o número sinalizado na porta e entrei. Haviam no máximo dez pessoas na sala quando entrei. Meio perdida, fui caminhando para um conjunto de cadeiras vazias e quando fui me sentar... Um homem, branco, bem mais velho que eu disse: "**UAU, BLAZER! Não sabia que o Simpósio tinha virado um desfile de alta costura".** Sem graça, olhei, não o conhecia e sem entender direito, me sentei. Poucos minutos depois, entrou outro homem, cabelos brancos e um lindíssimo blazer de veludo. Entrou, cumprimentou o outro homem e os dois se chamaram de professor. Ele se sentou ao meu lado.

Em um lapso de lucidez, falei em alto e bom som: "Ué, não vai perguntar para o professor se ele veio para o desfile?" Todas e todos da sala riram. Lembro que meu trabalho foi o mais criticado na sala pelo primeiro professor (que era coordenador do eixo no evento), e, também, o mais defendido pelo segundo professor.

Cena 03. *Hoje não é aula de feminismo.*

Doutorado, segundo semestre do conturbado ano de 2020. Estava cursando uma disciplina com um querido professor. Precisava de créditos e a disciplina tinha um cronograma que

satisfazia várias das minhas angústias acadêmicas e, principalmente, preocupava-se em trazer autoras mulheres como referências. Logo nas primeiras aulas foi proposto como texto base "A nação das classes dominantes", escrito por Octavio Ianni (1990). A discussão fluía, aparentemente horizontal, entre alunas, alunos e o professor. Papo vai... Capitalismo chega... Classe também e logo o debate gira em torno da importância de se analisar o trabalho pela visão de Marx. Me sentindo confortável com o rumo e os tons do debate e falei: "Não há formas de falar de classe sem falar dos corpos, sem analisar o trabalho não remunerado. Quais são os corpos que fazem a manutenção da burguesia e da classe que-vive-do-trabalho?" Antes de terminar de articular o pensamento com o texto da aula fui interrompida pelo professor, que com o tom de voz já alterado conduziu o debate: **"hoje não é aula de feminismo, vamos discutir mulheres daqui três semanas".** A única fala que não teve chance de debate sobre a constituição das classes dominantes foi a minha.

Misoginia é violência feminicída

Este *insight* surge embasado e inspirado a partir do acesso ao livro "*Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*", uma coletânea organizada por Manuela d'Ávila em 2021. O terceiro texto da coletânea é um relato escrito pela primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, sob o título "*A misoginia e a manipulação da mídia*". Neste curto texto, a ex-presidenta remonta o golpe que sofreu em 2016 e apresenta como a misoginia foi um suporte específico para o ocorrido. Para expor sua visão sob o golpe apresenta o livro "*Down girl: the logic of misogyny*", escrito pela filósofa Kate Manne (2018) e nos provoca a pensar a misoginia no nosso cotidiano brasileiro, para além do ódio e do desprezo por todas

as mulheres. Segundo a interpretação de Dilma Rousseff: "Na verdade, a misoginia só visa as mulheres que se desviam de padrões dominantes, a começar pela norma segundo a qual aos homens é que cabe o exercício do poder" (Dilma ROUSSEFF, 2021, p.60).

Diante disso, pude identificar em minhas memórias práticas de ridicularização, humilhação e desencorajamento, como formas de silenciamento e pude entender como as minhas memórias eram marcadas por práticas de misoginia na academia; como uma dimensão específica da ordem patriarcal, funcionando como um mecanismo estratégico e coercitivo, um sistema de policiamento que faz a manutenção da subordinação das mulheres que fogem da norma do domínio do masculino (Kate MANNE, 2018).

Para Heleieth Saffioti (2004) o patriarcado é um sistema de dominação e opressão, muito mais antigo que o sistema de classe. Este sistema de opressão conta com a idade de mais de 5.000 anos. É um sistema de dominação-exploração, no qual dominar e explorar são faces da mesma moeda. Este sistema está em permanente transformação e ele extrapola o núcleo família – pai e marido como chefes da família heteronormativa cristã - e atravessa a sociedade como um todo. No sistema patriarcal o homem tem poder apenas pelo fato de ser homem, independentemente de suas capacidades. Este poder varia segundo a sua inserção nas diferentes classes sociais, porém "[...] existe sempre uma mulher com menos poder que o último dos homens" (Heleieth SAFFIOTI, 1994, p. 460).

O ato de revisitar a minha memória e, dolorosamente, identificar práticas coercivas do meu pensamento de mulher geógrafa e feminista, como na cena número 1 vivida na graduação, na cena número 3 no doutorado, e, também práticas coercivas do meu corpo, presente na cena número 2 - a partir de uma ridicularização

do que eu vestia - está diretamente relacionado com o acesso à leituras feministas, as quais me foram negadas pela estrutura patriarcal da Geografia brasileira e pelos diversos professores e poucas professoras que tive na graduação e na pós-graduação.

O sexismo e a misoginia operam em conjunto. A misoginia é uma espécie de estratégia de fiscalização para o sexismo. Essa regulação dos corpos a partir do sexo e das performance de gênero, é exercida principalmente pelos homens, os principais beneficiários do patriarcado, garantindo a eles a opressão e a dominação dos corpos femininos, mas a prática da misoginia "[...] pode existir com ou sem misóginos" (Kate MANNE, 2018, p. 73).

Desta forma, quando refleti sobre o que era Geografia e sobre o que não era Geografia, me dei conta que a maioria das referências apreendidas nas aulas de Pensamento Geográfico eram masculinas. Essa matéria é obrigatória para o primeiro ano da Universidade de minha formação e foi ministrada por uma professora, a primeira mulher que ministrou aulas para a minha turma. Essa ausência de geógrafas pode ser explicitada com o pensamento de Simone de Beauvoir quando diz que: "[...] o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos" (1967, p. 82).

Esta realidade não é só da graduação em Geografia, como evidenciado na pesquisa de Joseli Silva, Tamires Cesar e Vagner Pinto (2020) na qual demonstra que, apenas uma mulher, Iná Elias de Castro, está presente nas principais referências bibliográficas indicadas nas disciplinas de epistemologia nos cursos de Pós-graduação em Geografia no Brasil.

Como não somos "lidas" como produtoras do pensamento geográfico, os fenômenos que nos matam não são relevantes para

serem compreendidos pelo "raciocínio geográfico". Então, como poderia responder ao professor da cena número 1 que estudar a violência contra as mulheres era um tema estritamente geográfico porque implica em morte para maioria da população do mundo?

Segundo Ruy Moreira (2004; 2010), importante geógrafo marxista brasileiro, o estudo crítico da epistemologia da Geografia que se ensina e se pratica na universidade, nas escolas e ambientes de pesquisa, poderia designar-se por geograficidade. Sendo este o modo geográfico característico de ser das relações sociais: de costumes, condutas, comportamentos, ordenamentos, determinações, situações, ente outros, através da experiência da geograficidade, enquanto modo geográfico típico de ser e/ou existir. Então, pensando em responder ao professor da cena número 1, o que seria Geografia?

Existe um consenso entre a maioria das geógrafas e dos geógrafos da minha formação de que o espaço é o objeto primeiro da Geografia, enquanto produto social e econômico (Milton SANTOS, 1996). A propósito, Milton Santos, o geógrafo mais referenciado nas disciplinas que cursei ao longo dos nove anos na Geografia brasileira, concorda que "[...] é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação" (1996, p. 65), o que condiz com sua concepção de espaço enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação.

Diversas geógrafas feministas coadunam com a importância de se estudar o espaço como objeto primeiro da Geografia, mas compreendem que é necessário imaginar o espaço como "simultaneidade de estórias-até-agora" (Doreen MASSEY, 2008, p. 29), pois o espaço é plural, aberto, relacional e está num constante processo de devir: não se encontra fechado em si mesmo (Doreen

MASSEY, 2008) e a generificação e racialização do espaço refletem no modo como gênero e raça são construídos e compreendidos na sociedade (Doreen MASSEY, 1994). Afinal,

> [...] se todas as experiências vividas pelas pessoas possuem uma dimensão espacial e as pessoas experienciam o mundo com seus corpos e seus corpos estão organizados socialmente pelo gênero, podemos afirmar que compreender as formas como homens e mulheres experienciam a vida e, por consequência, o espaço é com toda a certeza profundamente geográfico (Joseli SILVA, 2014, p. 98).

Desta forma, pensar o que é Geografia e o que é geograficidade está diretamente relacionado ao fato de que "[...] na vida real há uma geografia vivida" (Raul GUIMARÃES, 2015) e o que importa é que:

> [...] independentemente de geógrafos e do que esses pensam o que é geográfico, a vida continua ou pelo menos luta para continuar sendo vivida. Na luta constante entre a vida e a morte, os sujeitos produzem a sua própria geografia (Raul GUIMARÃES, 2015, p. 48).

Karl Marx (1867) já nos alertava sobre o trabalho mal pago exercido pelas mulheres. Como nos ensina a feminista Silvia Federici: "[...] a história das mulheres é a história das classes" (2017, p. 31). Os homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Neste sentido, "o marxismo abriu as portas para o tema da opressão específica" (Maria MORAES, 2000, p. 89).

Explicito que mulher, como categoria de análise do fenômeno aqui proposto, não se encerra no sexo feminino, mas incorpora as identidades de gênero e sexuais dissidentes que a matriz cultural-colonial não tolera que existam (Judith BUTLER, 2019; Maria

LUGONES, 2014). Então, haveria como falar de feminismo somente em aulas específicas como imposto pelo professor na cena 03?

Como pontua a Geógrafa Joseli Silva (2014; 2020), a cultura que subscreve as regras do saber geográfico está diretamente relacionada com a produção de teorias desencarnadas, sem emoções ou mesmo valorização das experiências localizadas no tempo e no espaço, reforçando o saber enquanto universal do sujeito - homem, branco e de preferência heterossexual. Desta forma,

> [...] criamos uma ciência incapaz de acolher as diferenças, porque tudo que não é concebido a partir da autopercepção do sujeito de referência, é considerado desviante, anormal e sentenciado à eliminação (Joseli SILVA, 2020, p.181).

Dominar o corpo das mulheres sempre foi um gesto de poder colonial do macho, principalmente branco e, essa dominação acontece historicamente a partir das diversas práticas misóginas cotidianas. A coerção das mulheres passa primeiro pelo corpo, pois é pelo corpo que performamos os papéis de gênero (Judith BUTLER, 2007). Como pode ser observado na cena número 2, foi através da ridicularização do que eu vestia que o professor inferiorizou a construção da minha pesquisa.

Os corpos que não aceitam ser subordinados à lógica sexista, na academia ou fora dela, sofrem ainda mais com violências misóginas (Kate MANNE, 2018) e, assim, é possível constatar que todas as práticas misóginas são violências feminicídas (Rita SEGATO, 2008), pois as mulheres que transcendem a lógica da imposição do seu lugar de silenciamento pela subordinação masculina são vistas como perigosas e necessitam ser impeachmadas, silenciadas e, no pior dos casos, eliminadas.

Do feminicídio ao feminicídio epistemológico

Feminicídio é o ápice da violência patriarcal, é a eliminação de mulheres pelo fato de serem mulheres. O termo feminicídio foi formulado originalmente em inglês, *feminicide*, e sua formulação é atribuída a Diana Russell, que o teria utilizado pela primeira vez em 1976, durante um depoimento perante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas. O termo começou a ser difundido na academia, tendo como o livro intitulado: "*Feminicide: The Politics of Woman Killing*"[1] organizado por Jill Radford e Diana Russell, em 1992, olhando para o contexto de violência dos Estados Unidos.

O termo sofreu percalços no caminho de consolidação na América Latina, porém, aqui, está diretamente relacionado com suas as raízes semânticas do homicídio (Izabel GOMES, 2018). Desta forma, é possível observar que o desenvolvimento da discussão sobre mulheres assassinadas pelo fato de serem mulheres tornou-se "assunto de polícia" ao implicar um novo tipo penal para judicializar os crimes de homicídios que acontecem com características estruturais do patriarcado.

A América Latina é a região mais perigosa do mundo fora de uma guerra para ser mulher. Das 2.559 mulheres que morreram por feminicídio na América Latina em 2016, metade morreu no Brasil, com uma média de três mulheres assassinadas por dia (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; ONU MULHERES, 2017).

[1] Feminicídio: a política do assassinato de mulheres.

O Brasil é signatário da Declaração dos Direitos Humanos (1948); Convenção Americana de Direitos Humanos (1969); da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994). Em âmbito nacional, o direito das mulheres é assegurado na Constituição Federal (1988), reforçado pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e também pela Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015).

Apesar do Estado brasileiro ter se comprometido, internacionalmente e nacionalmente, em prevenir e promover as vidas femininas através da proteção de direitos humanos das mulheres, é importante ressaltar que: o Brasil foi o último país da América Latina a incluir o termo na lei, sancionada pela primeira presidenta do país. Atualmente, vivemos uma epidemia invisibilizada (Carolina SIMON, 2021), entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de COVID-19 no país, e dezembro de 2021, foram 2.451 feminicídios no Brasil. Em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada sete horas (FBSP, 2022).

Diante do exposto, se faz necessário ampliar a compreensão da existência das violências feminicídas, como propõe a antropóloga e socióloga Rita Laura Segato (2008; 2011), abarcando não só judicialmente o debate, mas refletindo sobre as diversas e constantes situações de violência que nós mulheres somos submetidas no sistema patriarcal, pois práticas misóginas e sexistas levam a uma situação de extrema violência, que podem culminar com a morte, como afirma Diana Russell (2006). A única forma de reverter o atual cenário de assassinato, físico e intelectual, é pela denúncia, pela fala e pela desobediência, porque desobedecer a ordem patriarcal é inventar a vida (Débora DINIZ e Ivone GERBARA, 2022).

Revelam os dados do Censo da Educação Superior[2] realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação (MEC), que: há 27 anos nós mulheres já somos a maior parte de discentes matriculadas no ensino superior no Brasil. Em 2019 representávamos 55,2%. Nos cursos de licenciatura (como a Geografia) somos 72,5% das matriculadas. Nós pesquisadoras representamos 53% do total de bolsistas de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e 49% das bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico[3] (CNPq) as principais agências de fomento à pesquisa no Brasil (INEP, 2019).

Porém, somente 46% dos docentes em universidades são mulheres e 35,5% das mulheres pesquisadoras conseguiram as bolsas de pesquisa mais prestigiadas e com maior financiamento, conhecidas como bolsas de produtividade do CNPq - as quais são concedidas ao longo do tempo por ordem crescente: , 1D, 1C, 1B e 1A. O abismo é ainda maior para as bolsas 1A, as maiores bolsas de produtividade, somente 24,6% são destinadas para mulheres. Estes dados nacionais são refletidos na ciência geografica diretamente (Academia Brasileira de Ciências - ABC, 2018).

Há mais de dez anos estudos vêm denunciando as assimetrias de gênero na produção geográfica brasileira, como Joseli Silva (2009), Tamires Cesar (2015 e 2019), Vagner Pinto (2014, 2017), Silva, Cesar e Pinto (2015). Existe uma hegemonia masculina

[2] Os dados sobre a cor das/os discentes e docentes não estão divulgados nos *releases* da pesquisa, porém a partir dos microdados do INEP é possível verificar que: 29% das/os discentes declararam ser pardas e 7% pessoas pretas. Em relação os discentes somente 2% das pessoas se autodeclararam pretas/os e 14,4% pardas/os.

[3] O CNPq nunca teve uma presidentA.

no fazer geográfico, em que os homens ainda são maioria no corpo docente e, apesar do aumento de mulheres docentes nos 60 Programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil, eles - os homens - ainda possuem maior expressão nos periódicos considerados de maior qualificação pelo Sistema QUALIS-CAPES (Joseli SILVA, Tamires CESAR e Vagner PINTO, 2020).

Logo, ao refletir sobre o que seria um feminicídio epistemológico, tenho a experimentação da materialização das práticas misóginas, portanto da violência feminicída, tanto nos números de mulheres mortas pelo fato de serem mulheres no Brasil, quanto no abismo que separa a maioria das estudantes matriculadas na faculdade dos cargos de docência universitária, dos periódicos de maior qualificação e, consequentemente, das bolsas de produtividade do CNPq.

A academia é um dos espaços em que violências feminicídas são praticadas cotidianamente, nos matando aos poucos, como evidenciado nas três cenas anteriores. A misoginia esteve presente na graduação pelo projeto de pesquisa que buscava estudar as violências a partir das próprias mulheres (cena número 1), por ser ridicularizada pelo que eu vestia em um Simpósio de Geografia e o meu pensamento ser desvalidado (cena número 2) e pelo que eu proponho a partir do lugar de mulher feminista que ocupo na geografia (cena número 3).

As práticas sexistas, mas principalmente as práticas misóginas, estão presentes cotidianamente nos ambientes acadêmicos. São práticas de violências epistemológicas que ocasionam os feminicídios epistemológicos: a morte do pensamento de mulheres, principalmente as feministas. Desta forma, mais do que dizer que precisamos de mais mulheres produzindo Geografia,

precisamos evidenciar como as mulheres vêm sendo ceifadas da produção da ciência, principalmente quando se propõem a estudar a resistência das mulheres através de perspectivas feministas.

Para não terminar...

Escrever esse texto está diretamente relacionado com um ato político de poder existir na Geografia, para além do meu doutoramento que se encontra em curso. É um texto que visa manifestar as minhas angústias de mulher feminista que compreende que os artigos científicos, os cargos de docência universitária e de bolsista de produtividade serão bravamente disputados. Essa compreensão se constrói a partir das considerações da filósofa feminista negra Djamila Ribeiro (2017) sobre o lugar de fala, que consiste em compreender que falar não se restringe apenas ao ato de emitir palavras e sim de poder existir!

O feminicídio epistemológico é fruto da cultura sexista, tão presente na ciência; já a misoginia é a materialização da fiscalização do sistema patriarcal, por isso, a academia é um dos espaços em que violências feminicídas são práticas cotidianas. Logo, esta realidade não mudará da noite para o dia, contudo o aumento da inserção das mulheres nas carreiras de docência universitária tem demonstrado que pode ajudar a combater o sexismo desenfreado, armando mulheres com ferramentas teóricas e metodológicas para lidar com a misoginia cotidiana, pois, "[...] quase qualquer mulher irá ser vulnerável a alguma forma de hostilidade misógina" (Kate MANNE, 2018, p. 68) e, principalmente, contribuírem para a diminuição das brutais mortes de mulheres que são assassinadas pelo fato de serem mulheres no Brasil.

Por isso, uso dos meus testemunhos para denunciar essa Geografia que ceifa nossas pesquisas, que nega a existência do patriarcado como sistema de opressão e dominação que produz o espaço geográfico e, ao negá-lo, torna-se cúmplice de suas mazelas, visando única e exclusivamente a manutenção do poder dos homens como detentores de saberes geográficos, com os cargos mais altos e as publicações de maiores impactos.

Indubitavelmente os homens da Geografia precisam ser nossos aliados, "[...] é urgente que os homens estranhem o patriarcado e o transformem" (Débora DINIZ e Ivone GEBARA, 2022, p. 10). Em todas as cenas a misoginia foi proferida por homens, mas em duas das cenas foram homens que estiveram ao meu lado contra a violência, meu orientador e o outro professor do blazer de veludo.

É urgente avançar e entender as corporeidades que fazem Geografias, mas, principalmente, que necessitam de respostas geográficas para viver. Afinal, Geografia é antes de tudo um compromisso (Carolina SIMON, 2020).

Agradecimentos

Agradeço à Samarane Fonseca de Souza Barros, Bruna Ribeiro Correa e Mateus Fachin Pedroso, pelo debate de ideias que viabilizou este escrito. À João Pedro Pereira Caetano de Lima, meu companheiro de vida e de Geografia que me encoraja todos os dias a escrever e não desistir.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC). **Mulheres são minoria entre reitores e nas bolsas de pesquisa mais prestigiadas.** publicado em 07 de fevereiro de 2018. Disponível em: http://www.abc.org.br/2018/02/07/mulheres-sao-minoria-entre-reitores-e-nas-bolsas-de-pesquisa-mais-prestigiadas/. Acesso em: 20 de maio de 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. [1967] Nova Fronteira. 2014.

BUTLER, Judith. **El género em disputa: el feminismo y la subversión de la identidade**. Barcelona: Editora Paidós. 2007.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo.** Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2015.

BUTLER, Judith. **Trouble dans le genre: le féminisme et la subversion de l'identité**. La découverte. 2019.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013.** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. 2015.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira**. Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro.** 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Doutorado em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. 2019.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática. 1995.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Rio de Janeiro: Editora Elefante. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra as mulheres em 2021**. 2022. Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf. Acesso em 20 de maio de 2022.

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas,** v. 26. n. 2. 2018.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Saúde: fundamentos de geografia humana.** São Paulo: Editora da UNESP. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicadores de Qualidade da Educação Superior, 2019**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/ educacao-superior/indicadores-de-qualidade, Acesso em 5 de maio de 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista* **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013. Acesso em 20 de maio de2022.

MANNE, Kate. **Down girl, the logic of misogyny**. New York: Oxford University Press. 2018.

MARX, Karl. **O capital**: livro 1, o processo de produção do capital [1867]. São Paulo: Boitempo. v. 894. 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Bertrand Brasil. 2008.

MASSEY, Doreen. **The geography of trade unions***:* Some issues. Transactions of the Institute of British Geographers,. p. 95-98. 1994.

MORAES, Maria Lygia Quartim. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças**. Campinas: Crítica Marxista. n. 11. p. 89-97. 2000.

MOREIRA Ruy. **Pensar e ser em geografia: Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto. 2010.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral**. Niterói: Ed. AGB Niterói. 2004. 192 p.

PEDROSO, Mateus Fachin. Situacionalidade e Interpretações: Quantas Geografias Cabem em uma Vida?. **Revista Latino**

Americana de Geografia e Gênero, v. 10. n. 2. p. 66-78. 2019.. DOI: https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.10.i2.0004. Acesso em 20 de maio de 2022.

PINTO, Vagner André Morais. **Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense. 2017.** Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa- Paraná. 2017.

PINTO, Vagner André Morais. **O Gênero enquanto componente da produção científica no espaço acadêmico**. Monografia (Graduação)- Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa- Paraná. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); ONU MULHERES. **Do compromisso à ação: políticas para erradicar a violência contra as mulheres na América Latina e no Caribe.** Panamá: PNUD–ONU MUJERES, 2017. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2017/12/DEL_COMPROMISO_A_LA_ACCION_ESP.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2022.

RADFORD, Jill; RUSSEL, Diana. **Feminicídio: La política del asesinato de las mujeres.** CEIICH/ UNAM: Cidade do México. 2006.

RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana EH (Ed.). **Femicide: The politics of woman killing**. Twayne Pub. 1992.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. Misoginia e Manipulação da mídia. In: DÁVILLA, Manuela (org.) **Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil.** Porto Alegre: Instituto e se fosse você. p. 45-62. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero no Brasil atual. **Estudos feministas**, p. 443-461. 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** [1996]. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SEGATO, Rita Laura. "¿Que és un feminicídio? Notas para un debate emergente". In: **Fronteras, violencia, justicia: nuevos discursos**. PUEG/UNIFEM: Cidade do México. 2008.

SEGATO, Rita Laura. Femi-geno-cidio como crimen en el fuero internacional de los Derechos Humanos: el derecho a nombrar el sufrimiento en el derecho". In: FREGOSO, Rosa Linda; BEJARANO, Cynthia (Orgs). **Feminicídio en América Latina**. Diversidad Feminista. CEIICH/UNAM: Cidade do México. 2011.

SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Todapalavra. 2009. p. 25-54.

SILVA, Joseli Maria. "Relatos de si": eu, a geografia e o indizível no campo científico. **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. 2. n. Especial "Múltiplas e microterritorialidades nas cidades". p. 173-189, junho, 2020.

SILVA, Joseli Maria; CÉSAR, Tamires Regina Aguia. de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo do saber. In: **Revista ANPEGE**, vol. 11. n 15. p. 185-200. 2015.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: Esse é um tema de geografia? In: AZEVEDO, Daniel. Abreu de (org.). **Ensino de Geografia: Novos temas para geografia escolar**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014. p. 97-125.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguia de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: ALVES, Flamiron Dutra; AZEVEDO, Sandra de Castro (org.). **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19.** Alfenas-MG, Editora Universidade Federal de Alfenas. p. 14-28. 2020

SIMON, Carolina Russo. **A Promoção da Saúde, Feminismo e Contraespaço: mulheres camponesas e suas lutas para se manterem vivas!**. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente- SP. 2020. 400 p.

SIMON, Carolina Russo. Epidemia invisibilizada. In: BENINI, Sandra Medina et al. (org.). **Pandemia do Coronavírus: abordagem multidisciplinar**. Tupã-SP, Editora ANAP. p.49-66. 2021.

Submetido em: 09 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 23 de junho de 2022.
Aprovado em: 08 de Julho de 2022.

Como citar este artigo:

SIMON, C. R. Feminicídio epistemológico: práticas misóginas na geografia. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 166–189, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2289.